

O CICLO DO ENDIVIDAMENTO FAMILIAR DEVIDO AO SALÁRIO MÍNIMO DESPROPORCIONAL NA SOCIEDADE SOTEROPOLITANA

Gabriela Gusmão Dias¹; Monalisa Rodrigues Rabello Balogh²; Gabriela de Oliveira Marques³; Gustavo Araújo Silva; Marco Antônio Santos; Nome do orientador⁶; Nome da docente da disciplina⁷

¹ **Gabriela Gusmão Dias;** Graduando(a) em Arquitetura e Urbanismo; Centro Universitário SENAI CIMATEC; gabriela.dias@aln.senaicimatec.edu.br

² **Monalisa Rodrigues Rabello Balogh;** Graduando(a) em Arquitetura e Urbanismo; Centro Universitário SENAI CIMATEC; monalisa.balogh@aln.senaicimatec.edu.br

³ **Gabriela de Oliveira Marques;** Graduando(a) em Arquitetura e Urbanismo; Centro Universitário SENAI CIMATEC; gabriela.marques@aln.senaicimatec.edu.br

⁴ **Gustavo Araújo Silva;** Graduando(a) em Engenharia Civil; Centro Universitário SENAI CIMATEC; gustavo.a.silva@aln.senaicimatec.edu.br

⁵ **Marco Antônio Santos;** Graduando(a) em Engenharia Civil; Centro Universitário SENAI CIMATEC; marco.santos@aln.senaicimatec.edu.br

⁶ Morjane Armstrong Santos de Miranda; Doutora em Administração; Centro Universitário SENAI CIMATEC; morjanessa@gmail.com

RESUMO[3]

A disparidade social é uma questão relevante na Bahia, onde quase metade da população vive abaixo da linha de pobreza, como indicado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2021. Isso está ligado a diferenças socioeconômicas, como acesso limitado à educação e oportunidades de emprego, especialmente em Salvador. Compreender as raízes e consequências dessa desigualdade é crucial para desenvolver políticas públicas eficazes. O salário mínimo tem um papel importante nisso, pois determina a remuneração dos

trabalhadores e pode afetar diretamente a pobreza e a disparidade de renda. A valorização do salário mínimo pode ajudar a reduzir o endividamento das famílias e melhorar o padrão de vida, mas muitas famílias se endividam para atender às necessidades básicas, o que agrava o problema. Portanto, é essencial explorar como aumentos no salário mínimo podem ajudar a diminuir o endividamento e promover uma distribuição mais justa de recursos e oportunidades em Salvador.

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade social é um fenômeno complexo que permeia diversas camadas da sociedade. Ela se manifesta através de disparidades de acesso a recursos e oportunidades entre diferentes grupos, resultando em impactos negativos no bem-estar das comunidades. No contexto baiano, essa realidade se reflete na expressiva proporção de indivíduos vivendo abaixo da linha da pobreza. A linha da pobreza é um indicador econômico que estabelece um limite de renda abaixo do qual uma pessoa é considerada pobre, incapaz de atender suas necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde e educação. No caso da Bahia, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2021, revelam que 46,5% da população do estado, o que equivale a 6,949 milhões de pessoas, encontram-se nessa situação.

Essa situação de pobreza está intrinsecamente ligada às desigualdades socioeconômicas presentes na sociedade baiana. Aspectos como acesso limitado à educação de qualidade, falta de oportunidades de emprego e baixos salários contribuem para a continuação desse ciclo de privação e exclusão social. Em Salvador, a capital do estado, essas disparidades se tornam ainda mais escancaradas, refletindo-se em indicadores como a taxa de desemprego e a concentração de renda em determinadas áreas da cidade.

Diante desse cenário, é fundamental analisar de forma mais aprofundada as causas e consequências desse quadro de desigualdade e pobreza. A compreensão desses aspectos é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes que visem mitigar essas disparidades e promover uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades. Nesse sentido, é importante considerar medidas como o aumento do salário mínimo, apoio governamental à renda e a criação de políticas de inclusão social voltadas para as comunidades mais vulneráveis.

Além disso, é crucial analisar a relação entre o endividamento das famílias e a disparidade salarial. O descompasso entre os custos de vida e os rendimentos disponíveis pode levar as famílias a recorrerem a empréstimos como forma de suprir suas necessidades básicas, contribuindo para o agravamento do ciclo do

endividamento. Portanto, é necessário investigar como as políticas de aumento de salário podem impactar positivamente a capacidade das famílias de gerir suas finanças e evitar o acúmulo de dívidas excessivas.

Em suma, é essencial abordar a questão da desigualdade social e da pobreza de forma mais ampla e conceitual, antes de direcionar o foco para questões específicas como o endividamento e o salário mínimo. Somente através de uma compreensão abrangente desses fenômenos será possível desenvolver estratégias eficazes para promover a justiça social e o bem-estar das comunidades soteropolitanas.

Este estudo segue uma estrutura composta por cinco seções distintas. Além da presente Introdução, a segunda seção aborda a fundamentação teórica, enquanto a terceira seção detalha os materiais e métodos empregados. A quarta seção dedica-se à apresentação e discussão dos resultados obtidos. Por fim, a quinta seção engloba as considerações finais e oferece sugestões para pesquisas futuras.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Políticas e diretrizes do salário mínimo

“A proteção dos trabalhadores é fundamental para assegurar o respeito pela dignidade humana e pelos direitos no trabalho, garantindo aos trabalhadores uma parte justa dos ganhos de produtividade, contrariando uma "corrida para o fundo" tanto a nível nacional como entre países”. Bem como citado no Relatório V da Organização Internacional do Trabalho (OIT), 111.^a Sessão, 2023, o salário mínimo desempenha um papel crucial na economia de um país, influenciando diretamente a renda e o poder monetário, sendo um indicador importante para determinar o padrão de vida das famílias.

Objetivando garantir a proteção aos trabalhadores que se encontram na base da pirâmide salarial, o salário mínimo serve como referência para remuneração dos trabalhadores formais. Segundo o Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que aprova a execução da Lei n. 185 que institui as comissões de salários mínimos, o pagamento é definido levando em consideração diversos fatores, como o custo de vida, a inflação e a produtividade do trabalhador.

O valor do salário mínimo é indicado pelo menor valor pago a um trabalhador pelo seu serviço executado durante um mês e reajustado anualmente pelo governo, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou

no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Ao redigir em seu boletim conjuntural nº 37, Marcelo Neri (1997) explicita que entre 1994 e 1996 a quantidade de indivíduos pobres reduziu de 1 / 3 para 1 / 4 da população do conjunto de regiões metropolitanas brasileiras. A afirmação do autor consegue exemplificar, de maneira clara, uma grande importância do reajuste do salário mínimo, a diminuição da pobreza, mas também manter o poder de compra dos trabalhadores frente à inflação; contribuir para a redução da desigualdade social, garantindo que os trabalhadores de baixa renda tenham acesso a uma remuneração justa; entre outras.

2.2. Perfil do endividamento familiar no Brasil

O cenário de endividamento no Brasil é uma questão amplamente presente na vida de muitas famílias, influenciado por múltiplos elementos, tais como gastos descontrolados, ausência de um planejamento financeiro eficaz, a aquisição de bens de grande porte, como imóveis e automóveis, e uma carga tributária elevada. De acordo com informações da revista FOLHA (2012), com relação aos índices de endividamento, 41% dos consumidores brasileiros estão endividados, deste total 38% estão com as prestações em atraso e 55% contraíram dívidas maiores que o observado há um ano.

A situação de endividamento familiar emerge da dificuldade em harmonizar as despesas mensais com a renda disponibilizada. É fato que esse ciclo é um fenômeno complexo e pode ser desencadeado por uma variedade de razões, mas geralmente tem o seu princípio com a falta de um orçamento e de planejamento financeiro adequado. Seguindo o ideal de Oliveira (1999), o qual afirma que planejamento corresponde a um processo desenvolvido para que uma situação seja alcançada de forma eficaz, observa-se que no espectro da sociedade atual brasileira, a carência dessa planificação é notória e levam os indivíduos a gastarem mais do que ganham, acumulando dívidas ao longo do tempo.

O excesso de endividamento pode acarretar diversas consequências sociais, comprometendo o bem-estar das famílias e contribuindo para o aumento das disparidades sociais. Ademais, é importante citar que a autora Idalice Barrêto (2023) encontrou, através de questionário, que de 100% dos participantes concordou que o ato de contrair dívidas soma efeitos no seio familiar. Desse total, dois grupos de 27,3% afirmaram como principais consequências, o estresse e a ansiedade. Além disso, 18,2% mencionaram desentendimentos familiares e 9,1% destacaram que o afastamento familiar é a maior seqüela causada por essa situação financeira.

2.3. Endividamento por salário mínimo

É crucial reiterar que, além da criação de empregos, a contínua e gradual valorização real do salário mínimo representa uma das estratégias mais eficazes para combater a pobreza e a desigualdade de renda (SALVADOR, 2010b). Apesar dessa constatação, Rindfleisch e Burroughs (2002) argumentam que, ao longo do último século, houve uma transformação no padrão de consumo culturalmente aceito, associando-o ao alcance de sucesso, felicidade e bem-estar. Nesse contexto, apesar das elevadas taxas de juros, as famílias são incentivadas a contrair dívidas para adquirir bens de consumo, especialmente os duráveis, antecipando possíveis aumentos na renda.

3. METODOLOGIA [METODOLOGIA]

Para investigar o ciclo do endividamento familiar, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, com perguntas flexíveis e um roteiro adaptado, para uma amostra representativa de famílias soteropolitanas afetadas pelo endividamento. Além disso, serão analisados dados secundários de fontes governamentais, acadêmicas e de mídia para contextualizar o fenômeno em seu contexto socioeconômico mais amplo.

A análise dos dados coletados será conduzida por meio da análise de conteúdo, permitindo a identificação de temas recorrentes, padrões e insights relevantes para compreender o ciclo do endividamento familiar. Serão exploradas questões como as estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias, os impactos psicossociais do endividamento e as possíveis soluções para mitigar esse problema.

É importante ressaltar que este estudo será conduzido em conformidade com as normas éticas estabelecidas pela legislação nacional e internacional. Será obtido o consentimento informado de todos os participantes, garantindo-se a privacidade e confidencialidade de suas informações. A divulgação dos resultados será feita de maneira responsável, visando contribuir para o debate público e para o desenvolvimento de políticas e programas voltados para a redução do endividamento familiar em Salvador e em outras regiões afetadas por essa problemática.

6. REFERÊNCIAS

Nogueira, Fernando. **Capital e Dívida: Ciclos de Endividamento**. Campinas: Editora Unicamp, 2018

Meirelles, Valéria. **Impactos do Endividamento no Comportamento do Brasileiro**. Serasa Experian, 2022

² SOBRENOME, Nome. Título da obra em negrito. Cidade: Editora, Ano.

³ Poderão conter referências de internet desde que seguidas as normas da ABNT, 14ª edição. A numeração segue a ordem de aparecimento no texto.

***Ver material ABNT em:**

https://drive.google.com/drive/folders/1tbFgHRZEI7_Qpoo86D_I4zVSIH3KMwMd?usp=sharing



INSPIRE-SE!!!

MODELO DE ARTIGO CIENTÍFICO: http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjM3NTg=

(Artigo publicado em evento em 2017 e aprovado para publicação em Revista com quails B2 para 2021 – EXACTA ONLINE)

ARTIGOS SIINTEC 2019: <https://doity.com.br/siintec-2019/blog/download>

O título deve tentar trazer da forma mais clara possível o tema do artigo. Se houver algum recorte ou especificidade na pesquisa, o ideal é que este recorte já apareça no título do artigo, depois dos dois pontos. (EXEMPLO: Processo de inovação em pequenas empresas: um estudo de caso em empresas de tecnologia em Salvador e Região Metropolitana)

Fonte Arial em todo o artigo.

O título principal do trabalho deve estar em negrito, maiúsculo e fonte 14

Todo o restante do artigo deve estar em fonte 12

O título de cada seção deve ser numerado em algarismos arábicos e alinhado à esquerda, com letras maiúsculas e negrito, fonte 12.

VEJA O EXEMPLO

Máximo de 150 palavras.

Palavras- chaves: de 3 a 5 palavras